



COHAB MINAS
COMPANHIA DE HABITAÇÃO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

Gerência de Finanças

Relatório Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 - COHAB/GF

Belo Horizonte, 27 de abril de 2021.

QUADRO I
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
BALANÇO PATRIMONIAL EM

	Nota explicativa nº	31/12/2020	R\$ (mil) 31/12/2019
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.640	6.238
Prestamistas a receber - Contratos ativos	4a	7.879	6.654
Impostos a compensar		295	294
Outros valores realizáveis a curto prazo		1.037	927
		15.851	14.113
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Prestamistas a receber - Contratos ativos	4a	18.540	21.234
Contratos homologados e contratos encerrados em fase de depuração para fins de homologação junto à CEF (FCVS), líquido de provisão para perdas	4b	779.023	755.343
Terrenos a comercializar	5	45.353	45.353
Bens imóveis a comercializar	5	684	2.262
Depósitos judiciais		484	484
		844.084	824.676
Imobilizado		-	-
Intangível		-	-
		844.084	824.676
TOTAL DO ATIVO		859.935	838.789

		R\$ (mil)	
	Nota explicativa nº	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Indenizações a pagar		53	3
Fundação LIBERTAS - Saldamento do plano	20	-	679
Empréstimos habitacionais	4c e d	4.086	4.086
Obrigações com convênios	6	4.571	4.951
Obrigações com terceiros	7	19.028	18.583
Obrigações tributárias, trabalhistas e encargos	8	5.881	10.443
Fornecedores e serviços de terceiros		4.213	4.046
Seguros Habitacionais		3.253	3.324
		41.085	46.115
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos habitacionais	4c e d	712.572	690.681
FCVS a recolher	9	41.987	41.025
Provisão sobre IR e CS sobre reavaliação	5	12.842	12.842
Valores a pagar - FEH	10	94.478	93.359
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e outras	11	5.828	7.161
Fundação LIBERTAS - Saldamento do plano	8	-	-
Pis e Cofins diferidos	12	4.535	4.535
Parcelamento de obrigações trabalhistas	8	11.124	5.551
Outros passivos não circulantes		123	123
		883.489	855.277
TOTAL DO PASSIVO		924.574	901.392
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14		
Capital autorizado		230.000	230.000
Capital a realizar		(159.014)	(174.014)
Capital integralizado		70.986	55.986
Ajuste de avaliação patrimonial		15.696	15.696
Prejuízos acumulados		(151.321)	(134.285)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(64.639)	(62.603)
TOTAL DO PASSIVO MAIS PATRIMÔNIO LÍQUIDO		859.935	838.789

QUADRO II
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS (COHAB-MG)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM

	Nota explicativa nº	R\$ (mil)	
		31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado na alienação de imóveis	5	7.652	4.159
Receita de administração do programa do FEH	19	10.683	10.706
Receita de juros, correção monetárias e outros encargos	20	25.837	34.215
Receita de multas e encargos moratórios	20	2.574	838
Receita na gestão do crédito		332	413
Receitas de aplicações financeiras		3	11
Outras receitas		327	143
		47.408	50.485
DESPESAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Despesas de juros e correção monetária	20	(21.930)	(23.875)
Contribuição para o FCVS		(182)	(56)
Subsídio COHAB		(66)	(98)
Outras despesas		(758)	(788)
		(22.936)	(24.815)
		24.472	25.670
RESULTADO BRUTO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
Com pessoal	21	(29.750)	(29.212)
Remuneração da diretoria e dos conselhos		(1.232)	(996)
Serviços de terceiros	22	(10.526)	(10.227)
Reversão / (Provisão) para contingências		-	-
		(41.508)	(40.435)
		(17.036)	(14.765)
LUCRO /(PREJUÍZO) OPERACIONAL			
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
			(6)
(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
		(17.036)	(14.771)

QUADRO III
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (COHAB-MG)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	R\$ (mil)				
	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	55.986	-	15.696	(119.514)	(47.832)
Prejuízo líquido do exercício				(14.771)	(14.771)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	55.986	-	15.696	(134.285)	(62.603)
Aumento de capital	15.000		-		15.000
Prejuízo líquido do exercício				(17.036)	(17.036)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	70.986	-	15.696	(151.321)	(64.639)

QUADRO V**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECEITA		
1 Receita de administração do programa do FEH	10.683	10.706
2 Receitas de juros e outros encargos	25.837	34.215
3 Receitas de correções monetárias	-	-
12 Receita na gestão de crédito	332	413
4 Outras receitas	10.553	5.140
	<u>47.405</u>	<u>50.474</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
6 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.526)	(10.227)
	<u>(10.526)</u>	<u>(10.227)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>36.879</u>	<u>40.247</u>
9 DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>36.879</u>	<u>40.247</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
11 Receitas financeiras	3	11
	<u>3</u>	<u>11</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>36.882</u>	<u>40.258</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
13 Pessoal, remuneração da diretoria e dos conselhos	30.982	30.208
16 Impostos, taxas e contribuições	1.006	946
17 Remuneração de capitais de terceiros (Juros, correção e alugueis)	21.930	23.875
Remuneração de capitais próprios (Prejuízo do exercício)	(17.036)	(14.771)
	<u>36.882</u>	<u>40.258</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Os objetivos da COHAB MINAS - A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais ("COHAB MINAS" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, que tem como objetivo principal a execução, por si ou através do Fundo Estadual de Habitação – FEH, do Plano de Habitação do Governo do Estado de Minas Gerais para atender, preferencialmente, famílias de baixa renda, abrangendo principalmente o planejamento e execução de programas de produção de unidades habitacionais, lotes urbanizados e concessão de financiamentos para aquisição de casa própria.

A COHAB MINAS atua como extensão das atividades do Governo do Estado de Minas Gerais, no contexto de sua política habitacional. Neste sentido, o Estado de Minas Gerais detém 99,99% do seu capital social e assegura a continuidade normal de suas operações, seja através de garantia direta das operações e negociações realizadas ou a serem realizadas com terceiros, seja através do aporte de recursos sob a forma de capital ou de empréstimos, ou de outra forma, para assegurar a continuidade das operações da COHAB MINAS, em consonância com a política habitacional do Governo do Estado. A construção de novas unidades habitacionais passou a ser feita pelo FEH, e a COHAB MINAS atua como agente financeiro e gestor do FEH, sendo remunerada pelos serviços prestados:

a) As operações efetuadas ao longo dos anos

Ao longo dos anos, a COHAB MINAS concedeu financiamentos aos mutuários com prazo de quitação em geral de vinte e cinco anos, a uma taxa de juros incentivada pelo Governo Federal (Nota Explicativa nº 4), acrescida da comissão de repasse e taxa de prestação de serviços, tendo sido utilizadas as linhas de financiamentos concedidas substancialmente através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), além de recursos do Governo do Estado de Minas Gerais. Atualmente a COHAB MINAS possui aproximadamente 43 mil contratos de financiamento com parcelas a receber vencidas ou a vencer de Prestamistas (Mutuários) sem cobertura de FCVS. Em novembro de 2018, os contratos de financiamentos quitados com valores residuais a serem recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) chegaram ao fim. Atualmente, estes contratos se encontram nas seguintes fases: (a) contratos homologados pela CEF; (b) Contratos já homologados pela CEF tendo esta decidido fazer uma nova revisão; (c) contratos habilitados em fase de homologação, e (d) contratos apresentados anteriormente pela COHAB MINAS à CEF e que foram negados e que se encontram em fase de análise ou reanálise pela COHAB MINAS para fins de novo envio ou não para homologação pela CEF e (e) contratos a serem habilitados junto à CEF em fase de preparação da documentação correspondente.

b) A estruturação do Sistema Financeiro Habitacional do País e os efeitos na COHAB-MINAS

Em face da característica dos clientes da COHAB MINAS, ou seja, mutuários de baixa renda e prestações de pequenos valores, esta em um crescente desequilíbrio patrimonial e financeiro entre os seus ativos e passivos, que resultam basicamente de situações estruturais ocorridas no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ao longo das últimas décadas e de custos operacionais elevados, superiores à soma da (i) receita gerada com os valores recebidos de prestamistas e (ii) da receita de administração de novas unidades ou de administração da gestão dos valores a receber dos prestamistas do FEH. Outro aspecto importante que contribui para que este fluxo negativo seja cada vez mais crescente decorre do alto nível de atraso dos mutuários, que não tem capacidade suficiente de pagamento dos financiamentos ativos ou que simplesmente não honram com os seus compromissos com a COHAB MINAS, seja do principal, seja dos encargos. Os valores estão detalhados e demonstrados em Nota explicativa nº 4. As provisões para perdas efetuadas para os valores a receber de Prestamistas e em relação aos contratos encerrados e em fase de depuração para fins de homologação pela CEF são estimadas e ajustadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao recebimento desses ativos. O percentual de perda relativos a essas provisões é revisado anualmente por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras. Todavia, considerando o volume de contratos existentes e assinados com pessoal de baixa renda, é muito difícil estimar o valor da provisão necessária com uma certa segurança.

c) Operações futuras

O Governo do Estado de Minas Gerais criou o FEH para gerir o Programa de Habitação do Estado de Minas Gerais, incluindo a construção de novas habitações. No ato de criação do FEH, à COHAB MINAS foi atribuída a responsabilidade de gestora do FEH, seja no tocante a novas construções seja como administradora dos valores recebíveis. Como remuneração desses serviços, a COHAB MINAS recebe uma remuneração de 6% sobre os valores desembolsados pelo FEH, mais uma taxa de administração de crédito para cada parcela de financiamento efetivamente recebida pela COHAB MINAS e mais ainda uma parcela de custo variável para remunerar a eficiência da arrecadação calculada consoante fórmula definida no Decreto 44.168/2005, editado pelo Governador do Estado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da entidade concluiu, em 31 de março de 2021, a sua minuta das demonstrações contábeis referentes ao período contábil encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de março de 2021, a diretoria examina as demonstrações e autoriza a sua emissão. As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil consubstanciadas na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76) e nos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê

de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O registro das operações segue também as instruções contidas no Manual da Companhia de Habitação Popular e as normas específicas da Caixa Econômica Federal. As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo. A Companhia não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não está apresentando a Demonstração de resultados abrangentes. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

As práticas contábeis adotadas pela COHAB MINAS estão mencionadas nestas notas explicativas juntamente com o detalhe da conta a que se refere. Em consonância com as normas contábeis, a companhia não incluiu notas explicativas para informações, quando a mesma não se apresenta material no conjunto das demonstrações. Práticas contábeis adicionais são mencionadas a seguir:

a) Estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros considerada razoável para as circunstâncias, principalmente com relação a provisão para perdas na realização de FCVS, e para os valores a receber de Prestamistas, que estão registrados no Ativo circulante e no Ativo não circulante, provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e outras judiciais, e outros recebíveis e obrigações. Todavia, conforme mencionado na Nota explicativa no. 1, considerando o volume de contratos existentes e assinados com pessoal de baixa renda, é muito difícil estimar o valor da provisão necessária com uma certa segurança. Portanto, esta é a principal área crítica que pode afetar de forma relevante as demonstrações financeiras atuais e anteriores.

b) Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros e recebíveis, que são mensurados pelo valor justo.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

Segundo as normas contábeis, a entidade deve aplicar procedimentos para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, o chamado “teste de impairment”. Contudo, esta Norma não se aplica a estoques, ativos advindos de contratos de construção, ativos fiscais diferidos, ativos advindos de planos de benefícios a empregados ou ativos classificados como mantidos para venda (ou incluídos em grupo de ativos que seja classificado como disponível para venda) em decorrência de as normas do CFC vigentes aplicáveis a esses ativos conterem disposições orientadoras para reconhecimento e mensuração desses ativos. Sendo assim, esta companhia não realiza tal procedimento.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a COHAB MINAS opera, utilizada na preparação das Demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de Reais, exceto quando expressamente indicado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representam os saldos em depósitos bancários à vista e em aplicações financeiras, estas acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado. A maior parte dos valores de Caixa e equivalentes conforme demonstrado a seguir, é restrita a convênios assinados com a MGI, DER, PSH Prefeitura de Itacarambi e Programa Auxílio Habitacional e a estes estão vinculados. As aplicações financeiras se referem substancialmente a valores mantidos em fundos de investimento.

A composição de Caixa e equivalentes de caixa é a seguinte:

	2020	R\$ (mil) 2019
Caixa	10	5
Depósitos bancários a vista		
Vinculados a convênios	93	222
Não vinculados a convênios	891	2.282
	994	2.504
Equivalentes de caixa		
Vinculados a convênios	5.139	3.622
Não vinculados a convênios	507	107
	5.646	3.729
	6.640	6.238

4. CONTRATOS RELATIVOS A PRESTAMISTAS A RECEBER E CONTRATOS ENCERRADOS E HOMOLOGADOS OU EM FASE DE DEPURAÇÃO PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO PELA CEF (FCVS)

a) Prestamistas a receber - Contratos ativos:

	2020	(R\$(mil) 2019
A curto prazo	46.312	45.402
A longo prazo	25.482	24.815
Total	71.794	70.217
Menos: Provisão para perdas	(38.433)	(38.748)
Valor total, líquido	33.361	31.469
SEGREGADOS EM:		
Curto prazo	7.879	6.654
Longo prazo	25.482	24.815
Valor total, líquido	33.361	31.469

Os valores a receber de Prestamistas estão demonstrados pelo saldo devedor do financiamento de unidades habitacionais, incluindo juros e a correção monetária até 31 de dezembro de cada ano, com base na variação da OTN, de acordo com a periodicidade da capitalização prevista contratualmente. Prestações vencidas e não pagas estão registradas por valores contratuais corrigidos pela OTN, mas sem o acréscimo de encargos de multa e de outros encargos após o vencimento. Esses contratos foram celebrados em conformidade com as normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e com planos próprios de habitação; têm prazo de amortização remanescente de 74 meses, com uma média ponderada de juros variáveis entre 3,6% e 5,68% ao ano (5,68% média ponderada geral); estão sujeitos à atualização monetária com base nos índices pactuados aplicáveis a operações desta natureza. Os financiamentos têm garantia hipotecária e de seguro, neste caso contra riscos de morte, invalidez permanente e de danos físicos. A maioria dos contratos tem seu vencimento final em 2024. A provisão para perdas das parcelas dos contratos que estão vencidas há mais de 180 dias e não recebidas foi

calculada com base em provisões históricas. A Administração da COHAB MINAS acredita que esta provisão é suficiente para cobertura das perdas. O saldo devedor relativo às prestações vencidas está classificado no ativo circulante ou realizável a longo prazo, de acordo com o prazo contratual das parcelas a vencer, apesar de o contrato permitir o exercício do direito de vencimento antecipado de todo o financiamento. Adicionalmente, existem valores relativos ao FCVS incluídos nas parcelas dos contratos vincendos e vencidos, dessa conta de Prestamistas a receber, cujo montante não foi determinado para fins deste relatório.

b) Contratos encerrados em fase de depuração para fins de homologação junto à CEF (FCVS):

	(R\$(mil))	
	2020	2019
Composição dos contratos homologados, pendentes		
Contratos homologados	674.745	613.987
Contratos homologados em fase de revisão final	95.131	95.454
Contratos habilitados em fase de homologação	1.997	2.542
Contratos a serem habilitados	70.537	68.154
Contratos apresentados para habilitação em fase de reexame de documentação	179.929	170.830
	1.022.339	950.967
Menos: Provisão estimada para perdas com contratos	(243.316)	(237.295)
Saldo dos contratos a receber líquido de provisão estimada para perdas no recebimento.	779.023	755.343

- **Contratos homologados:** Referem-se aos contratos que são considerados liquidados por decurso do prazo contratual, mas que tinham ainda saldos residuais a receber do FCVS (doravante denominados "Contratos FCVS"). Estes contratos foram submetidos à CEF e foram aprovados para fins de pagamento pelo FCVS à COHAB MINAS.
- **Contratos homologados em fase de revisão final:** Referem-se a contratos FCVS que tinham sido homologados pela CEF anteriormente, mas que foram revisados pela mesma e foram identificadas pendências a serem resolvidas pela COHAB MINAS para fins de nova reapresentação para homologação.
- **Contratos habilitados em fase de homologação:** Referem-se a contratos, cuja documentação já foi preparada pela COHAB MINAS e enviada à CEF para fins de exame para fins de homologação.
- **Contratos a serem habilitados:** Referem-se a contratos FCVS, em fase de preparação de documentação pela COHAB MINAS, para fins de apresentação à CEF para fins de homologação.
- **Contratos apresentados para habilitação em fase de reexame de documentação:** São contratos que já foram enviados à CEF para fins de habilitação, mas que tiveram a sua homologação negada. Estes contratos necessitam ser reexaminados na sua íntegra pela COHAB MINAS para nova apresentação à CEF. Este é o principal valor que compõe a Provisão estimada para perdas com contratos acima mencionada, já que a expectativa é de perda substancial deste valor.

Os contratos homologados referem-se aos valores aprovados pela CEF para fins de recebimento do FCVS do SFH. Todos os contratos estão registrados pelo valor residual existente após a data de término do contrato, que é o montante a receber do FCVS, incluindo juros e a correção monetária até 31 de dezembro de cada ano, com base na variação da UPR. No momento, ainda pende de normatização pelo Governo Federal sobre o ressarcimento à COHAB MINAS do valor a receber do FCVS, relativamente ao valor residual de cada contrato. Esses ativos estão deduzidos da provisão estimada para perdas que é ajustada anualmente a débito ou a crédito do resultado do exercício, com base na melhor expectativa de

perdas estimada pela Administração. Essa provisão foi calculada considerando a fase de cada tipo de contrato.

c) Efeitos de ativos e passivos do Sistema Financeiro Habitacional

A situação entre os Ativos e Passivos decorrentes do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) apresenta a seguinte posição:

	(R\$(mil))	
	2020	2019
Prestamistas a receber e valores relativos ao FCVS homologados, em fase de homologação e em fase de habilitação junto à CEF, líquido de provisão para perdas		
Curto prazo	7.879	6.654
Longo prazo	797.563	734.906
Total a receber	805.442	741.560
Empréstimos habitacionais		
Curto prazo	4.086	4.086
Longo prazo	712.572	690.681
FCVS trimestral a recolher - longo prazo	41.987	38.642
Total a pagar	758.645	733.409
Resultado entre ativos e passivos relacionados com o Sistema Financeiro de Habitação - Ativo líquido (Nota explicativa nº 1)	46.797	8.151

Apenas como referência, o valor dos ativos acima está diminuído da provisão para perdas.

d) Demonstração dos Empréstimos habitacionais (Passivo)

A carteira imobiliária da COHAB MINAS é oriunda das operações de empréstimos do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH) e está em fase de liquidação seja por decurso de prazo contratual final ou pela sua quitação nos termos da Lei nº 10.150.

Os saldos dos empréstimos podem ser assim demonstrados em 31 de dezembro de:

	(R\$(mil))	
	2020	2019
Banco do Brasil S/A	716.658	694.768
SEGREGADO ENTRE:		
Circulante	4.086	4.086
Longo prazo	712.572	690.682
Total	716.658	694.768

Os empréstimos referem-se a recursos obtidos para execução dos programas de habitação, estão sujeitos a encargos variáveis entre 0% a 3,08% ao ano (correspondendo a uma média ponderada de 3,08% ao ano) mais correção monetária.

A movimentação dos empréstimos em cada ano é como segue:

	<u>R\$(mil)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>673.776</u>
Amortizações	(523)
Juros de carência	21.515
Correção monetária	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>694.768</u>
Amortizações	(71)
Juros de carência	21.961
Correção monetária	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>716.658</u>

Não ocorreu correção monetária em 2020, de vez que não ocorreu variação na moeda do contrato.

e) Sobre o Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS)

Com a edição da Lei nº 10150, de 21 de dezembro de 2000, foram autorizados aos agentes financeiros que aderissem aos termos da referida lei à quitação antecipada dos saldos devedores e receberem do FCVS o pagamento dos resíduos, exonerando os compradores de tal pagamento até o término original dos contratos. As negociações feitas vincularam o pagamento do empréstimo tomado junto ao FGTS ao recebimento de créditos do FCVS. Ocorre que esta compensação ainda não ocorreu, tendo se passado muitos anos e a COHAB MINAS não ter recebidos os pagamentos, ou seja, a compensação com o FGTS não é feita, por diversos motivos, entre os quais as mudanças constantes na legislação do FCVS e pela falta de auditoria nos contratos a cargo da CAIXA. Para tentar legitimar a sua postura, a Conselho Curador do FGTS-CCFGTS revogou as resoluções que regulamentavam a concessão de carência para pagamento do FGTS enquanto a apuração FCVS caminhava (Resoluções 353/2000 e 419/2003). A Resolução 843/2017, que substituiu as anteriores, impedia a concessão de carência e determinava o pagamento à vista ou, então, que fosse feito o parcelamento junto ao FGTS como débitos/créditos distintos do FCVS e com novas condições de pagamento, taxas, juros, correções e etc. O que faria a COHAB MINAS desembolsar uma prestação mensal sem garantia alguma de recebimento do FCVS. Como a CAIXA/FGTS em atendimento à determinação do Conselho Curador do FGTS insistiu, chegando a impor prazo para o pagamento sob pena de ser retido o valor integral junto aos repasses federais para o Estado de Minas Gerais, a Diretoria Jurídica (DJ) ajuizou ação requerendo em sede de tutela antecipada (liminar) a suspensão da cobrança, tendo obtido êxito no pedido com o deferimento da suspensão de toda e qualquer cobrança pela CAIXA. Ressalta-se, para fins de informação, que o FGTS é um fundo privado e o FCVS é um fundo público ligado a União. Ambos os fundos são geridos pela CAIXA. Estrategicamente foi feito uma defesa contra a cobrança pelo FGTS e um ataque contra o FCVS, o que colocou a CAIXA, gestora dos dois fundos, em uma condição de dualidade interna. Assim, a COHAB MINAS, por intermédio da Diretoria Jurídica deverá verificar a probabilidade de êxito relativa a cada um dos pedidos e não simplesmente da ação como um todo.

5. TERRENOS E BENS IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

Os terrenos são representados por:

	R\$ (mil)	
	2020	2019
Terrenos mais relevantes		
Oswaldo Barbosa Pena II - Nova Lima	8.500	8.500
Bairro Novo Centro - Santa Luzia	10.502	10.502
Água Branca Teleférico - Contagem	4.479	4.479
Fazenda Marzagão	6.420	6.420
Unidades reintegradas de propriedade da COHAB	684	2.262
	30.585	32.163
 Terrenos menos relevantes	 15.452	 15.452
 Total de Terrenos a Comercializar	 46.037	 47.615

Os totais acima se referem a:

- Quatro terrenos avaliados em 2009.
- Áreas remanescentes de conjuntos habitacionais, cujo valor já foi incluído, total ou parcialmente, no valor de custo dos conjuntos habitacionais construídos em anos anteriores e que se encontram registrados na contabilidade por valores irrisórios
- Terrenos recebidos do Estado de Minas Gerais em 2004 em dação de pagamento dos valores devidos pelo acionista majoritário à COHAB MINAS, registrados pelo saldo da dívida à época por R\$ 4,1 milhões;
- Outros terrenos de propriedade da Companhia adquiridos em anos anteriores;
- Pelo montante dos imóveis construídos (casas, apartamentos etc.) que foram retornados à Companhia em 2015 pelo valor de R\$ 7,3 milhões, cujo saldo em 31/12/2019 é de R\$2,2 milhões.

A Companhia provisionou Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, no valor de R\$ 12,8 milhões, para fazer face aos tributos sobre a mais valia dos terrenos avaliados. A Cohab recebeu em novembro de 2016, através da Escritura Pública de Reversão de Doação, o terreno rural constituído por uma gleba de terreno com área de 1.480.496 m², situada no lugar denominado “Fazenda da Mata”, no município de Ribeirão das Neves, qu esse encontra registrado contabilmente por R\$667 mil. Existe a expectativa de que este terreno seja utilizado para construção de novos conjuntos habitacionais ou destinado para venda.

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os valores nulos apresentado nestas contas para este exercício, não se deve a venda de imobilizados e sim, pelo término das depreciações e amortizações, que já atingiram 100% de seu custo de aquisição.

7. OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS

	Nota	R\$ (mil)	
		2020	2019
MGI - Módulo sanitário	a	376	376
PSH		971	971
Glória - Uberlândia	b	2711	2.785
Programa MCMV Parcerias		296	50
Convênio DER		0	143
Outros convênios		172	626
		4.526	4.951

a) A COHAB MINAS é parte de um convênio firmado com a MGI - Minas Gerais Participações S/A., com a interveniência do Estado de Minas Gerais, por intermédio da antiga SEDRU (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional Política Urbana e Gestão Metropolitana) para a construção de Módulos Sanitários para as casas do Convênio. A Companhia administra o convênio tendo em vista a sua expertise na área de construção, não havendo qualquer receita financeira para a sua remuneração. Ressalta-se que no exercício de 2019, houve a prestação de contas à MGI ficando ainda um saldo remanescente do convênio referente a bloqueios judiciais e rendimentos do mesmo, que serão repassados à MGI.

b) O Fundo Especial do Triângulo do Glória - FETG foi criado em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica, Social e Financeira firmado pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas e a Associação dos Moradores do Bairro Élisson Prieto – AMBEP, assinado em 17/04/2018, com o objetivo de centralizar os recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio das despesas para elaboração de projeto de regularização fundiária; desenvolvimento dos trabalhos técnicos sociais necessários para cadastramento dos ocupantes; realização do procedimento de demarcação urbanística; implantação da infraestrutura essencial, como: sistema de 18 pavimentação e drenagem, rede de abastecimento de água, rede de coleta de esgoto, rede de distribuição de energia elétrica, iluminação pública, etc; cooperação na implantação de equipamentos públicos, como: escola, creche, unidade de saúde, posto policial, transporte, limpeza urbana, coleta de lixo, etc; e; demais despesas que se fizerem necessárias à viabilização da efetiva regularização fundiária do núcleo urbano informal consolidado na área do Triângulo do Glória. Os recursos aportados no FETG poderão ser utilizados no custeio de toda e qualquer despesa necessária à efetivação da regularização fundiária do núcleo urbano informal consolidado na área do Triângulo do Glória.

8. OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS

	R\$ (mil)	
	2020	2019
Condomínio Cidade Administrativa	17.276	14.818
Outras obrigações	5.005	3.755
	22.281	18.573

Referem-se substancialmente a valores a pagar ao Condomínio da Cidade Administrativa.

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E ENCARGOS

	Nota	R\$ (mil)	
		2020	2019
Salários a pagar		-	-
Férias a Pagar		160	76
Provisão Férias		2.423	2.549
Imp. de Renda Retido s/ Folha de Pagto		1.174	1.599
INSS e Contribuicoes Correlatas		1.670	3.437
FGTS a recolher		170	177
Parcelamentos	a	3.239	2.328
Outros valores a recolher		284	277
		9.120	10.443

a) A COHAB MINAS, já havia ingressado em 2018 com pedido de parcelamento de seus débitos relativos a INSS e Imposto de Renda. O reconhecimento desta dívida também tem reflexos na conta “Parcelamento de Obrigações Trabalhistas” no passivo não circulante, por se tratar de parcelas de longo prazo.

10. SEGURO HABITACIONAL

O seguro habitacional destina-se à garantia de contratos de financiamentos no que tange a cobertura por Morte ou Invalidez Permanente dos mutários, bem como a cobertura de Danos Físicos do seu imóvel. Este saldo vinha se acumulando pela inadimplência dos pagamentos oriundos de gestões anteriores. Contudo, por iniciativa desta nova gestão, foi realizado uma renegociação com a seguradora para a regularização dos pagamentos. Seus efeitos serão observados a partir do próximo exercício.

11. FCVS A RECOLHER

A Companhia mantém provisão referente ao FCVS trimestral decorrente de obrigação, de vez que optou pela novação da dívida conforme Lei 10.150/2000. O saldo está sendo corrigido normalmente, de acordo com o regime contábil de competência de exercícios e pende de acerto entre a CEF e a Companhia.

12. VALORES A PAGAR – FEH

O saldo decorre de transferências de direitos creditórios pertencentes do Fundo Estadual de Habitação – FEH para dar o suporte financeiro à Companhia para a continuidade de suas operações, cuja movimentação em 2018, 2019 e 2020 pode ser assim demonstrada:

	<u>R\$ (mil)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	82.077
Direitos creditórios FEH	10.700
Outros valores a repassar ao FEH	582
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	93.359
Direitos creditórios FEH	403
Outros valores a repassar ao FEH	716
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	94.478

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OUTRAS

As provisões constantes nas demonstrações, foram reconhecidas pela Companhia em anos anteriores, pois existia e ainda existe a expectativa de obrigações como resultado de um evento passado. Portanto, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tais a obrigações. Estes valores referem-se à contingências de ações judiciais, cujo desfecho são considerados prováveis. Todavia, no caso em que os desfechos são de perdas possíveis, os assuntos são objeto de divulgação apenas nas notas explicativas segundo as normas contábeis. Nenhuma referência é necessária fazer em relação às ações com previsão de perdas remotas, em virtude de tais contingências não atenderem aos critérios requeridos pela NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, (Resolução CFC 1.180/2009).

Estas contingências são as seguintes:

		<u>R\$ (mil)</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contingências cíveis	a	3.409	3.409
Contingências trabalhistas	b	2.419	3.752
		5.828	7.161

a) As contingências cíveis tratam de diversas ações judiciais cíveis que se referem substancialmente a ações por danos morais, usucapião, e indenizações, bem como ações tributárias relativamente a IPTU de imóveis comercializados ou a comercializar.

b) As contingências trabalhistas referem-se substancialmente a processos movidos contra a Companhia, cujo desfecho na avaliação dos assessores jurídicos é considerado provável.

14. PIS E COFINS DIFERIDOS

A Companhia provisionou PIS e COFINS diferidos sobre variações monetárias e rendimentos/encargos financeiros, calculados nos termos da legislação vigente. O registro contábil da provisão foi feito pelo regime contábil de competência de exercícios, apesar de o recebimento / pagamento ocorrer somente em exercícios futuros.

15. AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

A Companhia não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores préfixados. Todos os valores ativos e passivos são ajustados por rendimentos ou encargos e estão, assim, mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes, segundo avaliação da Administração. 21

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

a) Capital O capital da Companhia é representado por 70.986 mil ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2020 (31/12/2019 – 55.986 mil).

b) Ajuste de avaliação patrimonial Decorre da atualização feita em 2009, de parte dos Terrenos a comercializar. Este valor foi acrescido no Patrimônio líquido, líquido dos valores dos tributos incidentes relativos a imposto de renda e contribuição social sobre lucros, e está deduzido de valores já realizados. Este valor é transferido para Lucros ou prejuízos acumulados por ocasião das vendas dos terrenos reavaliados.

17. PARTES RELACIONADAS - ACIONISTAS

Toda a política operacional da COHAB MINAS é conduzida no contexto das atividades do Governo do Estado de Minas Gerais, que tem a Companhia como uma extensão de suas atividades na área habitacional. Neste sentido, a COHAB MINAS conduz uma atividade social sem os objetivos específicos de obter lucros. Ainda, neste contexto, o Estado de Minas Gerais transferiu da Companhia para o FEH a responsabilidade pela construção de novas moradias habitacionais, passando para a COHAB MINAS a atividade de gestão das construções e de agente financeiro do FEH (atualmente, um órgão da SEDESE – Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico), pelo qual é remunerada mediante condições estabelecidas na legislação regulatória sobre o FEH (vide Nota explicativa no. 1).

18. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado da Companhia é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Dessa forma, as receitas, os custos e despesas incluem os ajustes de ativos a valor de mercado ou de realização, inclusive uma estimativa de provisão para fazer face às perdas prováveis na realização de contas a receber de mutuários (Prestamistas a receber - Contratos ativos) e para Contratos encerrados em diversas fases de preparação para homologação, homologados e em fase de revisão pela CEF e pela COHAB MINAS para fins de homologação.

19. PREJUÍZOS FISCAIS E BASE NEGATIVA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros seria calculada, quando aplicável, com base no resultado contábil apurado em cada exercício ajustado por adições e exclusões a este resultado, deduzidos dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social correspondentes a 30% do lucro fiscal assim apurado, e sobre o qual seriam aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada exercício social de 15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240.000

anuais 22 para imposto de renda, e 9% para contribuição social. Considerando que, no contexto global, a Companhia não tem previsão de geração de resultados positivos no futuro para absorver todas as perdas que poderão ocorrer com a liquidação dos contratos de financiamento a mutuários, bem como para absorver os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que se encontram acumulados, não foi calculado o imposto de renda e contribuição social diferidos a serem compensados futuramente com tributos a pagar, e que poderiam estar registrados no ativo caso tivesse a certeza de lucratividade futura.

20. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A COHAB MINAS é uma das Patrocinadora da Fundação LIBERTAS e mantém atualmente 2 Planos de Previdência para atender seus empregados, cujos detalhes são os seguintes:

a) Plano COHABprev (CNPB nº 2008.0030-19) / MODALIDADE CD Status: Aberto para adesão de novos participante: Novos empregados; / Empregados não optantes do Plano BD.

São dois tipos de contribuições: a do participante e a da patrocinadora. (O participante define a contribuição mensal, entre 3% e 7%, aplicáveis sobre o salário de participação. A Cohab acompanha a contribuição do participante, até o limite de 7%.)

É permitido ao participante contribuir voluntariamente acima dos 7%, durante o ano.

Em 31 de dezembro de 2020 o Plano apresentou Provisões Matemáticas no montante total de R\$ 17.395.799,00. Segregadas entre:

- BENEFÍCIOS CONCEDIDOS: R\$ 1.408.757,67
- BENEFÍCIOS A CONCEDER: R\$ 15.987.042,00

b) Plano COHAB PLANO SALDADO (CNPB nº 1982.0027-19) / MODALIDADE BD Os direitos de cada participante estão representados pelas Reservas Matemáticas de Transação Individual, e o valor do benefício foi definido no ato de saldamento, ocorrido em 1º/12/2007, de acordo com as regras do Plano e considerando as características individuais do participante e do seu grupo familiar.

Ano de criação: 1982

Status: Fechado a novas adesões de participantes desde o saldamento.

Não há mais contribuições normais de participante e da patrocinadora em razão do saldamento.

Em 31 de dezembro de 2020 o Plano apresentou Provisões Matemáticas no montante total de R\$ 57.759.130,00 Segregadas entre:

- BENEFÍCIOS CONCEDIDOS: R\$ 35.884.085,00
- BENEFÍCIOS A CONCEDER: R\$ 21.875.045,00 23

21. RECEITA DE ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DO FEH

A Companhia é agente financeiro e gestor do FEH, sendo remunerada pelos serviços prestados.

22. RECEITAS E DESPESAS DE JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ENCARGOS

As receitas com juros e correção monetária são originárias dos financiamentos concedidos aos mutuários com o correspondente acréscimo a seu saldo devedor, bem como aquelas relativas aos ajustes aos saldos do FVCS Homologados. De lado outro, as despesas se referem a custos financeiros dos financiamentos contraídos para construir moradias aos mutuários da Companhia, bem como da atualização do saldo devedor do FVCS TRIMESTRAL. Os saldos contratuais de financiamentos, estão atrelados ao Banco do Brasil e são substancialmente oriundos do Sistema Financeiro da Habitação e, portanto, são acrescidos de juros, correção monetária e encargos. O resultado financeiro do sistema pode ser assim demonstrado:

	R\$ (mil)	
	Ano 2020	Ano 2019
RECEITAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receita de juros, correção monetárias e outros encargos	25.837	34.215
Receita de multas e encargos moratórios	2.574	838
	28.411	35.053
DESPESAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Despesas de juros e correção monetária	(21.930)	(23.875)
	(21.930)	(23.875)
	6.481	11.178

23. DESPESA COM PESSOAL

	R\$ (mil)	
	Ano 2020	Ano 2019
Remuneração a empregados	(18.071)	(16.567)
13º Salário e férias	(3.479)	(3.530)
Vantagem pessoal (Programa de alimentação e outros)	(1.738)	(1.634)
Encargos sociais (INSS, FGTS, Sistema S, etc.)	(6.433)	(7.353)
Diárias e ajudas de custo	(29)	(127)
	(29.750)	(29.211)

Do total apresentado acima, a Cohab Minas gastou neste ano, R\$ 3.186 milhões em rescisões contratuais, que em sua grande maioria referem-se o Plano de Incentivo à Demissão Voluntária - PIDV.

24. SERVIÇOS DE TERCEIROS

	R\$ (mil)	
	Ano 2020	Ano 2019
Despesas com locação de bens	(2.953)	(1.524)
Serviços técnicos com pessoa jurídica	(574)	(574)
Despesas com tributos	(852)	(98)
Serviços de recepção e afins	(955)	(2.151)
Serviços de processamento de dados	(1.745)	(1.470)
Despesas judiciais e de cartório	(243)	(1.692)
Despesas com encargos diversos	(8)	(50)
Serviços de motorista	(211)	(502)
Desmajoração de seguro	(303)	(296)
Serviços de contínuos	(114)	(236)
Despesas com editais	(122)	(174)
Serviço de vigilância	(186)	(166)
Outras despesas com terceiros	(1.237)	(1.294)
	(9.503)	(10.227)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

São considerados instrumentos financeiros pela Companhia as Aplicações financeiras incluídas em Caixa e equivalentes de caixa, os Terrenos a comercializar, Prestamistas a receber e FCVS a receber e a pagar relativamente ao, respectivamente, saldo residual de contratos a receber e o FCVS a recolher em bases trimestrais, além dos empréstimos a pagar ao Banco do Brasil relativamente aos financiamentos obtidos para financiar as vendas para os mutuários. A COHAB MINAS valoriza esses instrumentos financeiros pelo seu valor justo em 31 de dezembro de cada ano. O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações financeiras representa o montante de caixa que a COHAB MINAS receberia ou pagaria, conforme apropriado, se liquidasse as transações na data do balanço.

26. GESTÃO DE RISCO

a) Gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue uma política de gestão de seus riscos financeiros, em especial considerando os riscos de sua atividade. A maior parte de seus riscos encontra-se nos valores a receber de Prestamistas, tanto de curto quanto de longo prazos, e nos valores de contratos homologados e ainda a serem homologados pela CEF. Isto porque parte dos contratos pode não ser homologada, o que representará um prejuízo para a Companhia. Este prejuízo, tanto relativo aos valores a receber de Prestamistas, bem como do valor de contratos relativos ao FCVS, poderá ser maior ou menor do que as provisões constituídas, e não foi praticável determinar o montante deste risco considerando que os mutuários da COHAB MINAS e os valores a receber do FCVS possuem incerteza quanto ao exato valor desse ativo, além de tratar-se de prestações de pequeno valor no caso dos Prestamistas. 25 Ainda em termos de gestão de riscos financeiros, existem os valores a pagar resultantes de financiamentos obtidos para financiar os contratos com mutuários, que estão registrados no passivo como um compromisso financeiro, para o qual a Companhia não dispõe de recursos financeiros para liquidá-lo, a não ser que realize os valores de financiamentos a pagar e receba os valores relativos aos contratos já homologados (vide detalhes na Nota explicativa 4).

b) Riscos de mercado

- Aplicações financeiras, incluídas em Caixa e equivalentes de caixa: São registradas pelo valor da aplicação mais os rendimentos auferidos, que representam o montante caso a Companhia

resgatasse os valores aplicados na data de 31 de dezembro. As aplicações são feitas consoante política definida pelo Estado de Minas Gerais ou pelo Governo Federal, o que minimiza o risco envolvido quanto à realização do valor apresentado no Balanço patrimonial em 31 de dezembro. Os recursos vinculados a programas do Governo estão parte aplicados no mercado financeiro.

- Terrenos a comercializar – O risco envolvido decorre do fato de que a realização do valor desses terrenos depende de política do Governo do Estado de Minas Gerais, o acionista detentor praticamente da totalidade do capital da Companhia. Por outro lado, é expectativa de que o valor da maioria desses terrenos está demonstrado por valores subavaliados, não representando de fato o valor de sua realização. Isto porque parte desses terrenos foi registrada pelo valor de sua avaliação em 2009 que não foi atualizada para 31 de dezembro de 2017, parte está registrada por valor recebido em dação em pagamento pelo Estado de Minas Gerais há vários anos, e parte está registrada por valor simbólico ou irrisório.
- Valores a receber relativos a Prestamistas por vendas de Imóveis – O risco de realização desses bens diz respeito a valores a receber de uma grande quantidade de mutuários de baixa renda, valores de prestações muito pequenas, inadimplência alta, e muitos imóveis transferidos pelo mutuário a terceiros sem a anuência da Companhia. Ainda que não seja possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do coronavírus (COVID-19) e em função dos efeitos decorrentes do mercado, há um risco do aumento do não recebimento de créditos, acarretando no aumento da estimativa de perda de crédito esperada que deva ser, em algum momento e dependendo do caso concreto, reconhecida.
- Saldo residual de contratos de vendas de imóveis a receber do FCVS – O principal risco para a Companhia é a localização de toda a documentação relativa a todos os contratos. A falta dessa documentação não permite que o valor a receber seja habilitado para fins de homologação, o que resultará em perda para a Companhia. Ademais, inexistente uma política do Governo Federal definida para o pagamento do saldo do FCVS e dos valores do FCVS relativos aos contratos ainda em vigor.
- Compensação do valor homologado pela CEF com o empréstimo a pagar ao Banco do Brasil – Este assunto encontra-se indefinido pela União, de vez tratar-se de um passivo gerado por políticas governamentais adotadas ao longo de muitos anos, não sendo praticável afirmar que estes valores serão de fato totalmente recuperados no futuro e em que condições.

c) Riscos de inflação

O risco de inflação decorre da exposição dos principais ativos e passivos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH). Todavia, o risco em relação aos ativos é muito minimizado porque os ativos são corrigidos com base em um índice fixado pelo Governo Federal para o SFH. O Banco credor dos financiamentos habitacionais passou a exigir o pagamentos dos encargos passivos decorrentes dos financiamentos a pagar, todavia, a Companhia está discutindo este assunto. Se a intenção do credor se concretizar, ocorrerá um desequilíbrio entre os rendimentos dos ativos e passivos.

d) Riscos de taxa de câmbio

A COHAB MINAS não tem valores ativos ou passivos em moeda estrangeira ou em Reais corrigidos com base em moeda estrangeira. Portanto, inexistente exposição cambial.

e) Risco de continuidade operacional

A Companhia tem como Acionista controlador e detentor de praticamente todo o capital o Estado de Minas Gerais. Assim sendo, a Companhia está sujeita às decisões tomadas pelo Governo Estadual em relação aos entes estatais, incluindo a Companhia, que é uma sociedade de economia mista. Adicionalmente, as receitas da Companhia não têm sido suficientes ao longo dos anos para suportar as

suas despesas financeiras e operacionais, resultando sempre em prejuízo. Assim sendo, o Estado de Minas tem dado o suporte financeiro necessário para a Companhia continuar a operar.

Leonardo Petrus

Diretor Administrativo

Bruno Oliveira Alencar

Presidente

Responsável Técnico

Othon Pereira de Mello

CRCMG 063744-O



Documento assinado eletronicamente por **Othon Pereira de Mello, Supervisor**, em 27/04/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Petrus, Diretor**, em 27/04/2021, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Oliveira Alencar, Presidente**, em 27/04/2021, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28596401** e o código CRC **F231664E**.